

BARBARA HLIBOWICKA-WĘGLARZ  
JOÃO BATISTA CARDOSO

## O DESLOCAMENTO DAS FRONTEIRAS LINGUÍSTICAS NO PROCESSO DA FORMAÇÃO DA LÍNGUA GERAL AMAZÓNICA

### 1. INTRODUÇÃO

Baseando-nos nos princípios da linguística histórica, todas as mudanças linguísticas que ocorrem numa dada região resultam de vários fatores externos, entre os quais o contexto sócio-histórico, assim como as decisões políticas tomadas em relação ao uso de umas ou outras línguas parecem os mais importantes.

A grande multiplicidade e diversidade das línguas do Brasil do século XVI foi um exemplo excepcional de multilinguismo constituído por milhares de línguas indígenas, pelas línguas de vários colonizadores presentes, bem como pela multiplicidade de línguas originárias de numerosas famílias linguísticas africanas. Apesar de todos estes grupos linguísticos serem diferentes entre si em termos de tipologia e de estrutura, desempenharem funções sociais distintas e gozarem de estatutos sociais diferentes, todos eles assumiram uma função muito importante na história deste país, deixando os vestígios da sua presença secular até hoje.

---

Prof. BARBARA HLIBOWICKA-WĘGLARZ – Universidade Marie Curie Skłodowska, Faculdade de Línguas, Literaturas e Culturas, Diretora da Cátedra de Estudos Portugueses Luís Lindley Cintra; endereço profissional: Faculdade de Línguas de Universidade Marie Curie Skłodowska, plac Marii Curie-Skłodowskiej 4a, 20-031 Lublin; e-mail: [barbara.hlibowicka-weglarz@mail.umcs.pl](mailto:barbara.hlibowicka-weglarz@mail.umcs.pl); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6438-8644>.

JOÃO BATISTA CARDOSO, professor titular – Universidade Federal de Catalão, Instituto de Estudos da Linguagem, Goiás; endereço profissional: Rua Nilo Margon Vaz, nr 324, Setor Dona Matilde; e-mail: [qfl284@ufcat.edu.br](mailto:qfl284@ufcat.edu.br); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2777-6231>.

Em resultado de várias circunstâncias históricas, sociais e políticas, este longo período de coexistência de grupos linguísticos acima mencionados terminou na segunda metade do século XVIII com a imposição do português como língua oficial para todos os habitantes do Brasil.

No presente estudo, prestaremos especial atenção aos mecanismos do processo de interação entre os indígenas e os colonizadores que causaram o deslocamento das fronteiras linguísticas no processo da formação da Língua Geral Amazônica no século XVII, particularmente nos aldeamentos jesuíticos onde os missionários da Companhia de Jesus praticavam a chamada “tupinização dos tapuias”.

## 2. PRIMEIROS CONTACTOS DAS LÍNGUAS INDÍGENAS COM O PORTUGUÊS

Na Amazônia pré-colonial havia uma diversidade linguística muito grande. Os primeiros europeus que navegavam pelo rio Amazonas encontravam povos indígenas que falavam línguas de famílias e troncos linguísticos diferentes, o que impossibilitou qualquer contacto.

No que diz respeito às estimativas sobre o montante da população indígena daquela época, assim como o número de línguas faladas no território da Amazônia antes da conquista, convém ter em conta que as estimativas de vários autores diferem devido aos métodos adotados, à falta de fontes históricas, aos critérios usados para estabelecer os limites geográficos da Amazônia, bem como às migrações da população indígena. Neste contexto, de acordo com Loukotka (1968 *apud* Freire 2011, p. 51) “no momento do contato com o europeu, aproximadamente 1.500 línguas eram faladas na América do Sul, das quais cerca de 718, ou seja, a metade, pertenciam ao território que constitui a atual Amazônia brasileira“. Baseando-nos nos dados estatísticos citados, no século XVI havia 130 grupos linguísticos de tronco Tupi, 108 grupos de tronco Karib, 83 de tronco Aruak, 34 de tronco Pano, 26 de tronco Tucano, 66 de tronco Jê, além de 271 grupos de línguas isoladas ou não classificadas. Por sua vez, Rodrigues (1986, p. 24) estima em 1.273 o número de línguas indígenas faladas no Brasil de então, das quais pelo menos 495 faladas na Amazônia. Em 2006, o mesmo autor aponta que na época do achamento do Brasil e pelo menos nos três séculos que se seguiram a esse facto histórico, viviam no território cerca de cinco milhões de indígenas, falantes de 1.175 línguas. Como se vê, existe uma certa divergência acerca do número de línguas faladas na época pré-colonial

mas todos os autores concordam que nem todas as línguas indígenas desempenharam o mesmo papel no processo de formação da língua de contacto entre os indígenas e os colonizadores.

A grande difusão de uma dentre as várias línguas dos povos Tupi, o tupinambá, levou os colonizadores portugueses a utilizá-la como língua de contacto. Pode-se dizer que começou a funcionar como uma verdadeira língua franca colonial, o que no Brasil se convencionou chamar de língua geral. Vale a pena ressaltar que o tronco linguístico Tupi abrange muitas línguas dos povos indígenas que viviam inicialmente no litoral atlântico e, em resultado do movimento migratório, na parte média e inferior da bacia do rio Amazonas. Por isso, a língua tupinambá foi uma das primeiras a ter contacto com os europeus e, por conseguinte, uma das mais expandidas. Existem várias hipóteses sobre a origem, expansão e migração dos povos Tupi. Uma delas, de autoria de Noelli (1996, p. 9), sustenta que esses grupos não abandonavam os seus territórios de origem, mas buscavam novos lugares para se espalharem. Segundo o autor mencionado (1996, p. 31):

A expansão dos Tupinambá se deu do Baixo Amazonas ao litoral nordestino, chegando até São Paulo [...]. Os povos Tupi eram encontrados em toda a costa e no vale amazônico, onde dividiam o território com grupos da família Aruák (nos rios Negro e Madeira) e Karib (nas Guianas e no baixo Amazonas).

No entanto, vários autores estão de acordo em que a chamada língua geral derivou dos primeiros contactos dos portugueses com a população indígena no século XVI, habitantes da região costeira. Neste contexto, enquanto no início da colonização os povos Tupi habitavam as regiões litorâneas da terra brasileira, as regiões do interior eram habitadas por numerosas populações não-tupi, chamadas pelos primeiros de Tapuia, quer dizer ‘inimigos’. Como diz Monteiro (1992, p. 122) os Tupi consideravam-nos “de cultura material mais simples, além de outras características que os separavam dos Tupi”. Vale a pena assinalar que na época colonial os povos Tupi pertencentes à família linguística de tronco Tupi eram aliados dos portugueses, enquanto os povos Tapuia pertencentes na sua grande maioria de tronco Macrojê eram inimigos dos mesmos. Por isso, desde o início da colonização os povos Tupi foram “os principais interlocutores indígenas nas relações com os Europeus” (123). O autor acrescenta que “as diferenças entre os dois tipos genéricos desempenharam um papel fundamental nas relações luso-indígenas ao longo do período colonial” (ibidem).

Apesar da multiplicidade e diversidade das línguas presentes na região amazónica, todas elas se baseavam em tradições orais e representavam uma visão linguística específica que refletia uma experiência da vida quotidiana nos trópicos amazónicos. Este facto distingue essencialmente as línguas indígenas do português, uma língua com uma tradição escrita e uma visão do mundo completamente diferente. É por isso que, desde os primeiros contactos com os povos indígenas, os colonizadores portugueses se aperceberam de que a sua presença na Amazônia dependia da sua capacidade de comunicar com os povos originários, cujo conhecimento das terras onde viviam era necessário para elaborar as estratégias de colonização da região, além de utilizá-los para diversos tipos de trabalho. Neste contexto, como diz Freire (2003, p. 53): “tornava-se necessário estabelecer um nível básico de comunicação, capaz de assegurar eficazmente a reprodução do sistema [...]”. Restava determinar qual língua poderia desempenhar essa função.

### 3. A POLÍTICA COLONIAL – AÇÃO MISSIONÁRIA

As primeiras expedições portuguesas à região amazónica começaram nos meados do século XVI. Em 1653 os portugueses instalaram a primeira missão jesuítica na região. Argolo (2011, p. 170), referindo-se aos motivos para a Coroa apoiar o estabelecimento dos jesuítas na Amazônia, cita opiniões de Hoornaert *et al.* (2008, p. 78):

A Igreja teria na Amazônia um “prato cheio de almas” para catequizar e para utilizar como mão-de-obra na extração das “drogas do sertão”, atividade muito lucrativa; e Portugal, pois, além também de lucrar com a exportação das “drogas do sertão” extraídas pelos índios catequizados pelos católicos, estaria assegurando a delimitação das fronteiras amazónicas, por meio da ocupação da região pelos missionários, na sua grande maioria portugueses ou brasileiros sob domínio cultural e político português.

A aliança acima mencionada, em que ambas as partes se beneficiariam das riquezas da Amazônia, na realidade não foi inteiramente verdadeira, pois os jesuítas revelaram-se mais independentes do que a Coroa portuguesa desejava, o que acabou por levar à sua expulsão da região em 1760 pelo Marquês de Pombal.

Os primeiros jesuítas chegaram ao território do atual Brasil em 1549 e fundaram inúmeras missões em diferentes regiões do território brasileiro com o objetivo de converter os povos indígenas ao catolicismo. As primeiras

missões foram criadas no Estado do Brasil no século XVI, e posteriormente, a partir do século XVII, também no Estado do Maranhão e Grão-Pará, recém-criado. Assim, as primeiras povoações dos portugueses e as primeiras missões jesuíticas foram estabelecidas somente no século XVII. Os missionários chegaram ao Baixo Amazonas onde, em Belém do Pará, em 1653 se instalou a missão de António Vieira. A variedade e a diversidade das línguas encontradas na região levaram o famoso jesuíta, nos meados do século XVII, a denominar o Amazonas de rio Babel. Numa obra de temática religiosa intitulada *Sermão da Epifania* (1662 *apud* Freire 2011), Vieira comenta a diversidade linguística encontrada:

Na antiga Babel houve setenta e duas línguas; na Babel do rio das Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim quando lá chegamos, todos nós somos mudos, e todos eles surdos. Vede agora quanto estudo e quanto trabalho será necessário para que estes mudos falem e estes surdos ouçam.

Enquanto António Vieira marca o início da presença do trabalho sistemático dos jesuítas na região, outro jesuíta, João Daniel, marca a data da expulsão dos missionários da Amazônia na época pombalina. Quanto às outras missões jesuíticas, nos afluentes do rio Amazonas, na margem esquerda, formou-se uma missão no rio Trombetas, e na margem direita, missões nos rios Xingu e Tapajós. Além das missões citadas houve missões no arquipélago de Marajó (Cf. Argolo 2011, p. 167).

Em todos os lugares pelos quais passaram, os padres da Companhia de Jesus realizavam o seu trabalho de catequese. Instalaram conventos, colégios, capelas e igrejas, além das cabanas onde viviam os indígenas. De acordo com Hoornaert (1998 *apud* Pacheco de Oliveira e Freire 2006, p. 47) “tais instalações possibilitaram a ação missionária junto aos aldeamentos indígenas”. As aldeias jesuíticas, chamadas também de reduções, eram os aldeamentos indígenas administrados pelos padres jesuítas com o objetivo de catequização dos índios. Na região amazônica desempenharam papéis muito importantes, entre os quais um papel no processo de extensão do uso do tupinambá, escolhido como língua de contacto.

Barros (2003, p. 89) argumenta a escolha do uso da língua tupinambá como língua de comunicação na região da seguinte maneira:

As línguas tapuia – vistas como “travadas” e “bárbaras” – eram consideradas um empecilho para a colonização. A expansão do tupi (tupinambá) – tida como “geral”

sobre as línguas tapuia refletiu a ideia de que um território deveria ter uma só língua.

Por sua vez, Argolo (2011, p. 174–175), apresenta uma série de argumentos que levaram à escolha da língua tupinambá como língua de contacto na região. Primeiro, não era possível impor uma língua europeia aos índios, devido à sua diferente visão cultural do mundo. Além disso, naquela época as numerosas populações indígenas, falantes de diversas línguas, estavam em posse dos seus territórios, sendo majoritárias. Por isso, um projeto de adotar o português como língua franca na região era inviável (Cf. Freire 2003, p. 49). Por outro lado, o pequeno número de missionários portugueses em comparação com o enorme número de indígenas indicava a necessidade de escolher uma das línguas dos povos autóctones. Como durante séculos os povos Tapuia foram amplamente consideradas inferiores, até mesmo “bárbaras”, a escolha da língua tupinambá tornou-se óbvia, principalmente porque no litoral essa língua já funcionava como língua geral e era a língua falada pelos missionários. De acordo com Pacheco de Oliveira e Freire (2006, p. 35), desde o início da colonização da Amazônia, os portugueses no seu projeto colonial basearam-se na polarização dos grupos indígenas entre os aliados, chamados de “mansos”, e os inimigos, chamados de “bravos”. Como opina Barros (2003, p. 88) “a formação da oposição entre tupi e tapuias – que correspondia à oposição entre índios cristianizados e índios bárbaros – revelou-se produto da política indigenista colonial”. Os povos avaliados como aliados dos portugueses tiveram de se converter à fé cristã, enquanto os que eram considerados inimigos, eram utilizados como mão de obra em todo o tipo de empreendimentos dos colonizadores, tanto políticos, económicos, como militares. Barros (2003, p. 88) explica que uma oposição entre os povos Tupi e Tapuia correspondia à oposição entre indígenas cristianizados e indígenas bárbaros cujo papel social era bem diferente. Naquela época, os indivíduos que não tinham recebido o batismo católico com todo o ritual prescrito pela administração central da Igreja não tinham direito a se declarar como ser humano, sendo assim, os indígenas, como seres não batizados ficavam à mercê de forças militares compostas, muitas vezes, por criminosos que tiveram a sua sentença de morte ou prisão perpétua comutada para o degredo no Brasil.

#### 4. AS FRONTEIRAS LINGUÍSTICAS ROMPIDAS – “TUPINIZAÇÃO DOS TAPUIAS”

Quando chegaram à região amazônica no século XVII, os jesuítas serviam-se de uma versão modificada da língua tupinambá, uma língua de tronco Tupi que já apresentava diferenças da sua língua de origem, isto é, tupi antigo, falado nas regiões costeiras no século XVI. A língua dos padres missionários passou a ser denominada de tupi jesuítico, gramaticalizado sob o modelo latino (Cf. Ferronha, Bettencourt, 1992, p. 80). De acordo com Schwade (2014, p. 21) “já não era somente a língua dos Tupinambás, mas também dos que participavam da colonização do Brasil”. Para poderem contactar com os autóctones nos aldeamentos, os jesuítas serviam-se do chamado tupi jesuítico, isto é, de uma língua tupinambá modificada, como língua de contacto.

Analisando o deslocamento das fronteiras linguísticas de vários povos indígenas no Brasil colonial, é preciso assinalar, uma vez mais, que no interior da Amazônia viviam diferentes grupos dos povos Tapuia, falantes de numerosas variantes de línguas não pertencentes ao tronco Tupi. Neste contexto, não estranha que as missões eram formadas por uma maioria tapuia (não-tupi) e uma minoria tupinambá (Cf. Barros, 2003, p. 87). A imposição de uma língua oriunda do tronco linguístico Tupi aos povos Tapuia, que passou à história como “tupinização dos tapuia”, levou, na segunda metade do século XVII, à interrupção da transmissão linguística entre as gerações de indígenas que viviam nos aldeamentos jesuíticos e seus filhos nascidos nas aldeias. Freire (2004, p. 88) afirma que:

A separação dos índios por diversas aldeias de repartição, sem qualquer respeito pelas afinidades culturais – ao misturar falantes de línguas tão diferentes em espaços artificialmente criados – deixou muitos índios sem interlocutores em suas línguas maternas que, dessa forma, tornaram-se “línguas endêmicas”, carentes de sangue das populações, com um número reduzido de usuários, o que adquiriu um carácter epidêmico.

Note-se que a citação acima descreve uma situação chamada pelos crioulistas de “crise linguística”, que ocorre quando a língua materna de uma comunidade, neste caso as línguas dos povos Tapuias, deixa de ser funcional numa comunidade de falantes (Cf. Pereira, 2006, p. 15). A imposição do tupinambá de forma sistemática pelos jesuítas sobre os indígenas Tapuia levou, segundo Argolo (2011, p. 166), à sua posterior pidginização/crioulização. A política linguística adotada pelos missionários de Companhia de Jesus na região

amazónica, conhecida como “tupinização dos tapuias”, criou as condições sociolinguísticas que iniciaram o processo de pidginização e, com o tempo, de crioulanização da língua tupinambá já modificada, que teve como resultado o surgimento da chamada Língua Geral Amazónica.

Schwade (2014, p. 22) acrescenta que “nesta fase de implantação da Língua Geral Amazónica, a influência do português e de outras línguas indígenas foi essencial para a construção e consolidação da ‘nova’ língua”. A autora acima mencionada continua:

Ela precisava ter características de seus falantes para se tornar acessível a todos, porém, não podia perder o seu papel fundamental, o de comunicação. [...] ela deixou de ser chamada apenas de Língua Geral, passou a ser chamada de Língua Geral Amazônica (LGA), [...] [e] começou a expandir-se, amplamente, por toda a região, principalmente próximos aos grandes rios amazônicos, Amazonas e Solimões, bem como seus afluentes, permanecendo assim, até meados do século XVIII [...].

Na opinião de Argolo (2011, p. 166), que se baseia nas ideias de Lucchesi e Baxter (2006), o contacto entre o tupinambá falado pelos jesuítas e várias línguas tapuias faladas às margens do Amazonas fez com que se formasse a língua geral na região. Outro linguista, Schmidt-Riese (2003, p. 162 *apud* Argolo, 2011, p. 166), afirma também que o “cenário dos grupos indígenas aldeados e escravizados na época colonial aponta para processos de reestruturação que se aproximam do quadro de crioulogênese”. No entanto, nem todos os autores apresentam o mesmo cenário linguístico. Existe outra hipótese apoiada, entre outros, por linguistas tais como Rodrigues (1996) ou Freire (2003), que consideram que a imposição da língua tupinambá sobre línguas tapuia resultou no surgimento de uma nova variedade de tupinambá, que denominam de língua geral. No entanto, entendemos que há vários estudos contrastantes que não se anulam, ou não impedem as conclusões uns dos outros.

Antes de passarmos a analisar a política dos padres jesuítas nos aldeamentos, convém recordar, uma vez mais, que o principal objetivo da Companhia de Jesus era converter os povos autóctones à fé cristã. Os jesuítas ensinavam aos indígenas os princípios básicos de uma fé que lhes era completamente estranha. Esta tentativa significava impor-lhes à força uma cultura e uma língua desconhecidas para que eles vivessem de forma cristã. Freire (2004, pp. 54–55) informa:

[...] desde o início do século XVII até meados do século XVIII milhares de indígenas, falantes de línguas pertencentes a diferentes famílias linguísticas, foram



retirados de suas aldeias de origem e levados, primeiramente, para as aldeias de repartição e para o mercado escravo, de onde foram distribuídos, num segundo momento, para as missões, para os colonos e para a administração, sendo submetidos a trabalhos forçados, sob um regime de violência, formando uma verdadeira miscelânea étnico-linguística [...].

No entanto, vale a pena acrescentar que, como os colonos procuravam escravizar os indígenas para trabalharem nos cultivos, os aldeamentos, de certo modo, serviam de abrigo da violência dos colonos, garantindo que eles não fossem escravizados.

Referindo-nos à estratégia de “tupinização dos tapuias” nos aldeamentos jesuíticos, Barros (2003, p. 90) distingue neste processo três fases. A primeira delas precisa de alguns esclarecimentos prévios referentes à chamada “política de descimento”. Como já ficou dito, no processo da colonização formou-se uma sociedade com uma forte distinção entre os indígenas livres e escravos, assim como os indígenas aliados dos portugueses e inimigos dos mesmos. Os indígenas aliados dos portugueses eram trazidos das suas aldeias através de deslocamento, ou chamado “descimento” para serem aldeados nas povoações coloniais situadas em locais próximos das cidades e dos fortes portugueses onde eram civilizados e catequizados, “tornando-se vassalos d’ El Rei” (Cf. Pacheco de Oliveira e Freire, 2006, p. 37). Neste contexto, as aldeias de descimento podem ser consideradas como depósito de mão de obra tanto para as missões como para os colonos (Cf. Barros, 2003, p. 89). Nesses locais criados artificialmente, reuniam-se indígenas de diferentes etnias para serem distribuídos entre colonizadores, missionários ou para realizarem diversos trabalhos para a Coroa Portuguesa. Vale a pena sublinhar que no processo de socialização dos indígenas os missionários serviam-se da língua geral. Aqueles que aceitavam deixar os seus aldeamentos voluntariamente, sem uso da força, recebiam o estatuto de libertos e trabalhavam para a Coroa somente por seis meses. Os restantes seis meses podiam trabalhar por conta própria. Os indígenas que eram levados à força tornavam-se escravos e geralmente eram revendidos em mercados de escravos. O importante para nós é que nos descimentos os indígenas tinham de abandonar o idioma nativo e utilizar a chamada língua geral.

Voltando à primeira fase do processo da “tupinização das tapuias”, Barros (2003, p. 90) distingue o “estabelecimento de um quadro de intérpretes tapuia como embaixadores”, isto é, negociadores “encarregados pelos primeiros contactos com grupos indígenas a serem descidos”. A autora continua dizendo que um dos hábitos dos jesuítas era deixar povos tapuia de grupos recém-contactados

nas missões, como forma de aprendizado da língua geral e de consolidação de acordos políticos. Por sua vez, Rodrigues (2021, p. 140) menciona outra prática de aquisição de intérpretes, que consistia em trazer crianças indígenas, para as aldeias missionárias com o objetivo de ensinar a língua geral para servirem depois de intérpretes. Vejamos as palavras do autor:

Era prioritário o uso de crianças indígenas, geralmente filhos de Principais, como intérpretes. Elas foram levadas aos colégios e aldeias pelos missionários com o fim de aprender a Língua Geral e assim disseminá-la entre os seus quando retornassem às suas famílias. Essa foi a principal estratégia adotada.

Cabe destacar que, a partir do que foi exposto, foi nas aldeias jesuítas que a língua geral se difundiu como língua de contacto.

Barros (2003, p. 91) considera a “produção de catecismos breves em línguas tapuias” como segunda fase no processo de tupinização dos povos Tapuia. É de salientar que, no processo de evangelização, os missionários utilizaram a língua tupi modificada. Neste contexto, a produção de catecismos breves em línguas tapuias, tais como: *nheengaíba*, *manaus*, *tapajós*, *bocas*, *jarunas* e *urucuços*, foi uma espécie de novidade. Essa tradução era feita por indígenas não pertencentes ao tronco tupi mas cristianizados em língua geral. Quanto ao uso desses textos religiosos em línguas tapuia a autora diz:

O texto religioso em línguas tapuias era utilizado em ocasiões de batismo, em caso de perigo de morte e na extrema-unção. Nas demais situações em que houvesse apenas um tapuia que não soubesse a doutrina pela língua geral, não poderia haver batismo.

Como se vê, apesar da preparação de versões breves do catecismo nas línguas tapuia, estas foram utilizadas em situações excepcionais e não contradizem a estratégia dos missionários de “tupinização dos povos tapuia”, isto é, de excluir o uso de línguas não-tupi. Além disso, os catecismos breves em línguas tapuia foram usados apenas no início de contacto com as populações não-tupi, “anterior à transferência deles para as aldeias de descimento onde passavam a usar a língua geral” (Cf. Barros, 2003, p. 92). Na opinião da autora acima citada o uso de uma língua diferente da língua tupi na evangelização seria considerado apenas um período de transição.

A terceira fase da política jesuítica em análise teve como objetivo misturar os povos Tapuia com os indígenas de língua geral nas aldeias de descimento, que podemos considerar um espaço multilinguístico e multicultural. Foi nas aldeias jesuíticas que a língua geral se difundiu em grande escala. Até os

indígenas escravos junto aos colonos foram socializados por meio da língua geral. Barros (2003, p. 93) informa-nos de que os missionários decidiam o destino dos indígenas capturados, se seriam destinados ao trabalho escravo ou não. A decisão a ser tomada dependia do conhecimento suficiente ou não da língua geral, o que era testado numa entrevista chamada de “exame”. Em caso de conhecimento insuficiente da língua, eram enviados para os coronéis durante um ano, até que o seu conhecimento da língua geral melhorasse. Rodrigues (2021, p. 133) conclui que “o exame de cativo era o principal meio pelo qual os indígenas poderiam garantir sua liberdade, e é por meio da Língua Geral que esse processo comumente ocorria”.

O que foi até aqui apresentado demonstra que a língua geral foi utilizada por diversos grupos de falantes na época colonial em situações variadas, assim que o uso da língua geral foi fundamental para a realização da política missionária e da política da Coroa portuguesa. Como se vê, a ação missionária dos padres da Companhia de Jesus é inegável para a expansão da língua geral de tronco Tupi. Os missionários elaboraram catecismos e gramáticas em língua geral visando a melhor catequização das populações indígenas. A chamada “tupinização dos tapuias” praticada pelos missionários constitui um bom exemplo não só da imposição forçada da cultura e língua desconhecida aos povos das culturas e línguas diferentes, mas também constitui um bom exemplo de deslocamento das fronteiras linguísticas e culturais dos povos indígenas de línguas e culturas diferentes.

## CONCLUSÕES

De todas as línguas indígenas do Brasil, a língua Tupi foi a que permaneceu em contacto mais estreito com o português, concorrendo com este durante quase três séculos, até ao início do século XVIII. A sua posição de destaque entre as demais línguas deveu-se não só ao grande número de falantes que a tinham como língua materna, mas também à sua posição de língua geral, que unia as diversas etnias que viviam no Brasil naquela época. Dado o seu enorme poder de influência, não foi possível, durante muito tempo, impor o português no país. Foi só no século XVIII que se deu uma mudança decisiva nesse sentido, devido à ação política e administrativa do colonizador, que provocou um processo gradual de substituição da língua tupi, muito falada, pelo português.

Durante o período em que o Brasil foi uma colônia portuguesa, ocorreram muitos casos de deslocamento das fronteiras linguísticas sempre condicionados

por fatores históricos, sociais e linguísticos. No nosso trabalho, concentramos no deslocamento das fronteiras linguísticas ocorrido nas missões jesuíticas na região amazônica, em que uma língua do tronco Tupi foi imposta aos povos Tapuia cujas línguas eram originárias de troncos linguísticos completamente diferentes do Tupi. A política adotada pelos missionários e pela Coroa portuguesa é apenas um dos numerosos exemplos que parecem provar a deslocamento das fronteiras linguísticas no Brasil colonial. Entre outros exemplos que levaram aos deslocamentos semelhantes, pode-se mencionar: a migração de várias tribos indígenas no século XVI duma região para outra, a expansão de línguas gerais tanto no Estado do Brasil, quanto no Estado do Maranhão e Grão-Pará, ou, finalmente, a imposição da língua portuguesa a todos os habitantes do Brasil. No entanto, cada um dos casos citados exigiria um estudo separado.

#### BIBLIOGRAFIA

- Argolo, W. C. (2011). *Introdução à história das Línguas Gerais no Brasil: Processos distintos de formação no período colonial* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/8334/1/Wagner%20Carvalho%20de%20Argolo%20Nobre.pdf>
- Barros, M. C. D. M. (2003). Notas sobre a política jesuítica da língua geral na Amazônia (séculos XVII-XVIII). Em J. R. B. Freire, M. C. Rosa (orgs.), *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial* (pp. 85–112). EdUERJ.
- Ferronha, A. L., Bettencourt, M. (1992). A via láctea da Lusofonia. Em A. L. Ferronha (orgs.), *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (pp. 72–90). Casa da Moeda.
- Freire, J. R. B. (2003). Língua Geral Amazônica: a história de um esquecimento. Em J. R. B. Freire, M. C. Rosa (orgs.), *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial* (pp. 195–209). EdUERJ.
- Freire, J. R. B. (2004). 2ª ed. (2011). *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. EdUERJ.
- Hoornaert, E., Azzi, R., van der Grijp, K., Brod, B. (2008). *História da Igreja no Brasil: Primeira Época – Período Colonial*, 5ª ed. Vozes.
- Lucchesi, A., Baxter, D. (2006). Processos da crioulização na história sociolinguística do Brasil. Em S. Cardoso, J. Mota, R. V. Mattos e Silva (orgs.), *Quinhentos anos de história linguística do Brasil* (pp. 163–218). Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.
- Monteiro, J. M. (1992). As Populações Indígenas do Litoral Brasileiro no Século XVII: Transformação e Resistência Em J. Dias. (org.), *Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno* (pp. 121–136). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- Noelli, F. S. (1996). As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, 39(2), 7–53.
- Pacheco de Oliveira, J., Freire, C. A. R. (2006). *A presença indígena na formação do Brasil*. Edições MEC.

- Pereira, D. (2006). *Crioulos de base portuguesa*. Caminho.
- Rodrigues, A. D. (1986). *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Loyola.
- Rodrigues, A. D. (1996). As línguas gerais sul-americanas. *PAPIA*, 4(2), 6–18.
- Rodrigues, M. B. (2021). Aporomomboé Ucar Çoupé (*Faço com que seja mestre, e ensine a gente*): *Missionários jesuítas e os usos da Língua geral na Amazônia portuguesa (1622-1693)* [Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará]. [https://pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/2021\\_Rodrigues\\_Marcelo\\_DISSERTACAO.pdf](https://pphist.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/2021_Rodrigues_Marcelo_DISSERTACAO.pdf).
- Schwade, M. C. D. L. (2014). *Descrição fonético-fonológica do Nheengatu falado no Médio Rio Amazonas* [Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Amazonas]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFAM. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4610>.

#### O DESLOCAMENTO DAS FRONTEIRAS LINGUÍSTICAS NO PROCESSO DA FORMAÇÃO DA LÍNGUA GERAL AMAZÔNICA

##### Resumo

O objetivo deste estudo é analisar as mudanças no percurso da história das línguas na Amazônia colonial resultantes do contacto de várias línguas indígenas da população regional com a língua do colonizador europeu, isto é, o português. O contacto entre os diversos povos autóctones e o colonizador, portadores de tradições e culturas muito distintas, levou à formação no século XVII de uma língua, chamada de Língua Geral Amazônica (LGA), falada de uma maneira geral no Brasil, que entrou em decadência no século XIX em detrimento da língua portuguesa. Para atingir o objetivo assim formulado, propomos buscar todos os mecanismos do processo de interação entre os indígenas e os colonizadores que causaram o deslocamento das fronteiras linguísticas no processo da formação da língua geral em análise. No nosso trabalho, concentramo-nos no caso de deslocamento das fronteiras linguísticas ocorrido nas missões jesuíticas, em que uma língua de tronco Tupi foi imposta aos indígenas Tapuia cuja língua era originária de um tronco linguístico completamente diferente.

**Palavras-chave:** contacto linguístico; língua geral; Língua Geral Amazônica; indígenas Tupi; indígenas Tapuia; missões jesuíticas; política colonial; “tupinização” dos tapuias

#### PRZESUWANIE SIĘ GRANIC JĘZYKOWYCH W PROCESIE POWSTAWANIA AMAZOŃSKIEGO JĘZYKA OGÓLNEGO

##### Streszczenie

Celem opracowania jest analiza zmian w historii języków kolonialnej Amazonii, wynikających z kontaktu miejscowej ludności z językiem europejskiego kolonizatora, tj. portugalskim. Kontakt między kolonizatorem a ludami tubylczymi o bardzo odmiennych tradycjach i zwyczajach kulturowych doprowadził do powstania w XVII wieku tzw. amazońskiego języka ogólnego (*Língua Geral Amazônica*), powszechnie używanego w Brazylii, który zaczął zanikać w XIX wieku, wypierany przez język portugalski. Autorzy poddają analizie różnorodne procesy zachodzące w interakcji między rdzenną ludnością a portugalskim kolonizatorem, które powodowały przesuwanie się granic językowych podczas kształtowania się języka ogólnego. W artykule jest omawiane zjawisko przesuwania

się granic językowych na terenach misji jezuickich, w których język z pnia Tupi został narzucony rdzennej ludności Tapuia, mającej zupełnie inne pochodzenie.

**Słowa kluczowe:** kontakt językowy; język ogólny; amazoński język ogólny; ludność Tupi; ludność Tapuia; misje jezuickie; polityka kolonialna; „tupinizacja” ludności Tapuia

#### SHIFTING LINGUISTIC BOUNDARIES IN THE FORMATION OF THE *LÍNGUA GERAL* OF AMAZON

##### Summary

The aim of this study is to analyse the changes in the historical development of languages in colonial Amazonia resulting from contact between the various indigenous languages of the local population and the language of the European coloniser, i.e. Portuguese. The contact between the those peoples and a coloniser with very different traditions and cultures led to the formation of a language called *Língua Geral Amazónica* (LGA) in the 17th century, spoken generally in Brazil, but which began to decline in the 19th century in favour of Portuguese. To achieve this objective, we are trying to find all of the mechanisms in the process of interaction between the indigenous people and the colonisers that caused the shifting of linguistic boundaries in the process of the formation of the general language under analysis. In our work, we focus on the case of the shifting of linguistic boundaries that occurred in the Jesuit missions, in which a language from the Tupi branch of languages was imposed on the Tapuia Indians, whose language originated from a completely different linguistic branch.

**Keywords:** linguistic contact; general language; *Língua Geral* of Amazon; indigenous Tupis; indigenous Tapuias; Jesuit missions; colonial policy; “tupinisation” of Tapuias